ASSEMBLEIA INFORMA

14 DE JUNHO DE 2017 – QUARTA-FEIRA – ANO 26 – Nº 5.083

Parceria com iniciativa privada para exploração de águas gera divergências

Sarah Torres

Audiência sobre parques de águas do Sul de Minas atraiu diversos representantes dos municípios

A intenção da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) de estabelecer uma parceria público-privada (PPP) para a exploração das águas minerais de Caxambu, Cambuquira e Lambari, no Sul de Minas, tem gerado divergências entre os moradores dos municípios afetados. De um lado, ambientalistas e representantes da sociedade civil temem a ação predatória de empresas interessadas somente no lucro. O governo, por sua vez, alega que a contratação de um sócio privado é essencial para viabilizar o negócio.

O assunto pautou audiência pública promovida ontem pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, a pedido do deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB). A importância da discussão pode ser medida pela presença de todos os vereadores de Caxambu na reunião, os quais também foram acompanhados por representantes das demais câmaras municipais.

A principal preocupação da população é de que seja seguido o modelo de exploração comercial de São Lourenço. Entidades ambientalistas alegam que a superexploração dos aquíferos por parte da Nestlé, que assumiu as atividades em 1994, teria secado algumas fontes e provocado outros prejuízos ambientais.

Os deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) compartilham dessa preocupação. "A proposta do governo é indecente. O governador quer passar para a iniciativa privada toda essa riqueza", salientou Antonio Carlos Arantes. Dalmo Ribeiro Silva sugeriu a suspensão do edital de licitação, para que o Poder Executivo possa explicar todas as dúvidas geradas pela minuta de contrato divulgada pela Codemig, que pretende estabelecer uma PPP pelo período de 15 anos, prorrogáveis por mais 15.

Em seus pronunciamentos, os deputados Roberto Andrade (PSB), Braulio Braz (PTB), Duarte Bechir (PSD) e Coronel Piccinini (PSB) destacaram a qualidade diferenciada das águas da região e o quanto a valorização do circuito das águas do Sul de Minas pode alavancar o desenvolvimento dos municípios.

A representante da Codemig, Denise Brum, rechaçou qualquer comparação com a situação de São Lourenço. Ela explicou que, com a PPP, os ativos públicos (no caso, os aquíferos) continuam sob propriedade da empresa – o governo recebe uma compensação financeira pela exploração dos recursos, cedida por tempo determinado. Ela ressaltou que o Estado só vai permitir a exploração do volume de recursos hídricos autorizado pelos órgãos competentes. Esse cálculo é feito após a análise das condições do lençol freático local.

Projeto sobre Lei Kandir motiva visita

A Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União aprovou ontem visita à Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), para conhecer os trabalhos da Comissão do Projeto de Lei Federal 221/98, que altera a Lei Kandir. O requerimento é de autoria dos deputados Tadeu Martins Leite (PMDB), Cássio Soares (PSD), Durval Ângelo (PT), Felipe Attiê (PTB) e Rogério Correia (PT).

A dívida de Minas com a União é de R$ 87,2 bilhões. No entanto, o governo mineiro propõe a interrupção do pagamento, tendo em vista que o Estado tem direito a ser recompensado pelas perdas referentes à não incidência de ICMS sobre as exportações, instituída pela Lei Kandir. Essa recompensa seria de R$ 135 bilhões.

Por solicitação de Rogério Correia e Tadeu Martins Leite, foi aprovada também audiência sobre a importância dos movimentos sociais nas discussões sobre o acerto de contas. O deputado Cristiano Silveira (PT) teve aprovado requerimento de audiência sobre projeto federal que trata da compensação da União aos estados pela desoneração das exportações.

Pais e professores pedem novas leis sobre a educação especial em Minas

Guilherme Bergamini

Parlamentares visitaram escola no Barro Preto

O diretor da Escola Estadual Francisco Sales, Marcelo Madeiros Brito, solicitou ontem aos deputados da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência que seja elaborada uma legislação específica para o ensino especial no Estado. O pedido foi feito em visita da comissão. A escola fica no Barro Preto, em Belo Horizonte, e atende 150 crianças e jovens com deficiências auditiva, intelectual e motora.

De acordo com Brito, a Lei Federal 13.146, de 2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, determina que a educação fundamental (1º a 9º ano) é de responsabilidade dos municípios. Com isso, as escolas da rede estadual estariam sendo obrigadas a transferir os estudantes para escolas regulares, sem capacitação específica para o aprendizado especial.

Pais de estudantes também pedem novas leis e reclamam que as instituições de ensino regulares têm dificuldade em acolher as crianças.

A deputada Ione Pinheiro (DEM) afirmou que as escolas regulares não estão aptas a receber os alunos com necessidades especiais. O deputado Nozinho (PDT) defendeu a capacitação dos servidores.

O presidente da comissão, deputado Duarte Bechir (PSD), destacou que pretende cobrar do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte providências para que os estudantes com necessidades especiais sejam atendidos.

Aplicativo monitora qualidade do ensino

O aplicativo para celulares Na Ponta do Lápis, ferramenta de diagnóstico da educação voltado para gestores e comunidade escolar, deverá ser lançado em agosto deste ano. O dispositivo integra o projeto homônimo, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), apresentado ontem, em audiência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, a requerimento da presidente da comissão, deputada Celise Laviola (PMDB).

De acordo com Naila Garcia Mourthé, assessora da Presidência do TCE, por meio do aplicativo os cidadãos e gestores da educação terão a possibilidade de avaliar uma série de quesitos das escolas de um determinado município. O objetivo é facilitar a verificação do cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

"Precisamos saber se a educação de qualidade está chegando às pessoas que mais precisam. Lamentavelmente, parece que isso não tem acontecido", afirmou o presidente do TCE, Cláudio Terrão. Ele aproveitou para pedir à comissão que acelere a tramitação do Plano Estadual de Educação (Projeto de Lei 2.882/15, que aguarda parecer de 1º turno na Comissão de Educação).

Willian Dias

Iniciativa do TCE foi apresentada à Comissão de Educação

A vice-presidente da comissão, deputada Ione Pinheiro (DEM), informou que o TCE será chamado para contribuir na elaboração do parecer da comissão.

Comissões discutem segurança e transportes

A manutenção dos contratos temporários de agentes penitenciários e socioeducativos foi cobrada por representantes da categoria que participaram, ontem, de reunião da Comissão de Segurança Pública. O presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues (PDT), destacou que vai apresentar ofício ao presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes (PMDB), manifestando preocupação em relação ao risco de colapso do sistema prisional. No último dia 6, os agentes contratados foram recebidos por Adalclever Lopes.

O deputado João Leite (PSDB) disse que os contratados são fundamentais para a segurança no sistema prisional.

Duplicação – A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas também realizou uma breve discussão, ontem, sobre o atraso na duplicação da BR-262 entre Nova Serrana e Uberaba. Segundo o presidente da Triunfo Concebra, concessionária responsável pela rodovia, Odenir Sanches, o não cumprimento por parte do governo federal de obrigações relativas a licenciamentos ambientais e financiamento afetou o cumprimento do prazo.

Os deputados Fábio Cherem (PSD) e Anselmo José Domingos (PTC) defenderam a busca de uma solução que permita a renegociação do prazo das obras.

Estado melhora suas contas, mas ainda não pode conceder reajuste a servidores

Daniel Protzner

Comissão de Fiscalização ouviu representantes do governo do Estado sobre metas fiscais

Apesar de ter melhorado seus indicadores financeiros no primeiro quadrimestre de 2017, o governo do Estado continua extrapolando o limite de gastos com pessoal, determinado pela Lei Complementar 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Portanto, continua impedido de conceder aumentos salariais, tais como o reajuste do piso nacional da educação.

Esse foi o cenário descrito ontem pelos representantes do Poder Executivo, durante audiência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO). A reunião teve o objetivo de cumprir a determinação constitucional de demonstração e avaliação quadrimestral das metas fiscais do Estado.

De acordo com a superintendente da Central de Contadoria Geral da Secretaria da Fazenda (SEF), Maria da Conceição Rezende, o Estado gastou 49,1% da Receita Corrente Líquida (RCL) com o pagamento de pessoal no primeiro quadrimestre de 2017. O percentual caiu em relação ao quadrimestre anterior, mas ainda está acima do limite de 49% fixado pela LRF.

O presidente da comissão, deputado Tiago Ulisses (PV), questionou se o governo tem alguma perspectiva de quando seria possível o Estado reduzir o gasto com pessoal de forma a não superar o limite de 49%.

O subsecretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto, Ricardo Lopes Martins, explicou que reduzir a folha de pagamento é muito difícil. "Há um esforço de buscar uma melhora na receita para que possamos reverter esse índice, talvez no próximo quadrimestre", afirmou.

Questionado pelo deputado Gustavo Valadares (PSDB) se algum reajuste salarial seria possível antes de reverter esse quadro, Martins confirmou que o governo está impedido legalmente de aumentar sua despesa de pessoal e, portanto, os reajustes não são possíveis, nem mesmo os 7,64% que incidiram sobre o piso nacional de educação, por determinação do Ministério da Educação. Portanto, os professores continuarão ganhando abaixo do piso em Minas.

Superávit – De acordo com os números do Executivo, o Estado chegou a apresentar superávit fiscal no primeiro quadrimestre de 2017, no valor de R$ 2,64 bilhões. Esse início de ano positivo, no entanto, deve se reverter ao longo do ano, conforme admitiram os representantes do governo, uma vez que nos primeiros meses a arrecadação tende a ser maior, especialmente em decorrência do pagamento do IPVA.

De qualquer forma, o governo espera reduzir ainda mais o déficit do Estado em 2017, que já caiu substancialmente no segundo semestre de 2016. Isso aconteceu no ano passado, em boa parte, por causa da economia gerada pela renegociação da dívida dos Estados com a União.

PLs sobre assistência vão a Plenário

Duas proposições que tratam da assistência social foram analisadas ontem, em 1º turno, e estão prontas para ir a Plenário. Elas receberam pareceres favoráveis das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO).

O Projeto de Lei (PL) 926/15, do deputado André Quintão (PT), dispõe sobre a celebração de parcerias entre a administração pública e entidades e organizações civis, para a execução de ações no âmbito da política de assistência social.

O relator na Comissão do Trabalho, deputado Celinho do Sinttrocel (PCdoB), deu parecer favorável na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com a emenda nº 1, que apresentou. O substitutivo adapta a matéria ao novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O relator na FFO, deputado Ivair Nogueira (PMDB) acompanhou a parecer da Comissão do Trabalho.

A outra proposição analisada foi o PL 4.151/17, do governador Fernando Pimentel, que cria o Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e institui mecanismos continuados de incentivo financeiro, assessoramento técnico e qualificação.

O relator na Comissão do Trabalho foi também Celinho do Sinttrocel, que apresentou o substitutivo nº 1, com alterações na proposição e no encadeamento dos dispositivos para aprimoramento da técnica legislativa. Na FFO, o parecer do relator, deputado André Quintão (PT), teve o mesmo teor.

Cadeia produtiva do eucalipto demanda menos burocracia para superar crise

Clarissa Barçante

Parlamentares e convidados defenderam medidas para incentivar o setor

Produtores rurais, especialistas e representantes de indústrias relataram ontem pela manhã, em audiência pública da Comissão de Participação Popular, o enfraquecimento da cadeia produtiva do eucalipto em Minas, que vai do carvão vegetal à celulose. Eles reivindicaram principalmente melhorias nos processos de licenciamento ambiental e na legislação.

"Minas Gerais tem mais de 12 mil dispositivos legais sobre a silvicultura. É muito comando e pouco controle", afirmou o professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) José de Castro.

A impossibilidade de se administrarem e se fiscalizarem tantas leis é, para Castro, um dos problemas do setor. Ele questionou uma série desses dispositivos, que exigiriam da cultura de eucalipto o que não é demandado de outras culturas agrícolas, como licença para corte e estudo de impacto ambiental.

Os demais convidados confirmaram a redução da produção de eucalipto nos últimos anos.

O deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB) afirmou que a situação dos produtores de eucalipto no Sul de Minas estaria ainda pior, com alguns queimando sua madeira para dar espaço a outras culturas. Ele disse que o modelo de desenvolvimento adotado pelo País está equivocado e é preciso desburocratizar os processos.

A deputada Rosângela Reis (Pros), autora do requerimento que deu origem à reunião, também defendeu a desburocratização dos licenciamentos ambientais e disse que há casos em que empresas têm importado eucalipto de outros estados, enquanto os produtores locais não conseguem vender sua madeira.

Financiamento – As dificuldades de se obter financiamento foram apontadas como obstáculo para o desenvolvimento do setor pela diretora-executiva da Associação Mineira de Silvicultura, Adriana Maugeri. Segundo ela, há muita desinformação e, ao contrário do que pensariam algumas pessoas, o eucalipto não seria responsável por um aumento dos índices de desmatamento em Minas Gerais.

Para a representante da Federação da Agricultura e Pecuária (Faemg), Ana Carolina Gomes, existem muitos mitos sobre os campos de eucaliptos, que seriam mais benéficos do que maléficos para o meio ambiente, ao contrário do que acredita o senso comum.

O representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Leonardo Brumano Kalil, anunciou que o governo mineiro está trabalhando em um projeto estratégico para o setor.

Em outra reunião, à tarde, a Comissão de Participação Popular aprovou requerimentos de visitas à Codemig e às Secretarias de Estado de Fazenda e de Meio Ambiente para tratar da crise na cadeia produtiva do eucalipto. As solicitações são de autoria dos deputados Antonio Carlos Arantes e Rosângela Reis.

Indicação para Loteria passa em comissão

Guilherme Bergamini

Diretor da Loteria Mineira foi sabatinado por deputados

Após responder a questionamentos do relator Durval Ângelo (PT), o administrador de empresas Ronan Edgard dos Santos Moreira foi considerado apto a exercer o cargo de diretor-geral da Loteria Mineira, que ocupa desde janeiro do ano passado. O parecer favorável da comissão especial da ALMG que avaliou a indicação foi aprovado ontem e está pronto para ser submetido à apreciação do Plenário.

Em sua exposição, Ronan Moreira afirmou que dará prioridade à elevação da arrecadação da autarquia, para ampliar a destinação de recursos a programas estaduais voltados para a promoção do bem-estar social. Atualmente, segundo ele, a Loteria Mineira gera um superávit anual de R$ 10 milhões.

Durante a sabatina, o executivo defendeu a participação de loterias estaduais na gestão, normatização e fiscalização de jogos de azar, caso sejam liberados no Brasil, como propõem dois projetos que tramitam no Congresso Nacional.

Também participaram da reunião os deputados Antonio Carlos Arantes (PSDB) e Coronel Piccinini (PSB).

Currículo – Ronan Moreira atua na Loteria Mineira desde 2011. Já ocupou o cargo de diretor de Operações, por duas vezes a 1ª vice-diretoria geral e o cargo de diretor-geral. É pós-graduado em Administração de Empresas e Gestão Financeira e Gestão de Empresas, além de ter o título de MBA em Logística Empresarial. Atualmente cursa Direito. O indicado também trabalhou na iniciativa privada.

Plenário recebe mensagens do governador

O Plenário recebeu, na Reunião Ordinária de ontem, duas mensagens do governador Fernando Pimentel. A Mensagem 274/17 traz emendas ao Projeto de Lei 4.281/17, de sua própria autoria, que autoriza abertura de créditos adicionais em favor da Defensoria Pública, do Ministério Público e do DEER-MG. O objetivo é incluir a autorização de abertura de crédito também à Procuradoria-Geral de Justiça e ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, até o limite de R$ 34,7 milhões. A Mensagem 275/17 traz a indicação de Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fhemig.

Ainda na Reunião Ordinária, foi encerrada a discussão em 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/17, que assegura o recebimento do Adicional de Valorização da Educação Básica (Adveb) aos servidores da categoria. O primeiro signatário da PEC, deputado Rogério Correia (PT), juntamente com outros parlamentares, apresentou o substitutivo nº 1 ao vencido. Com isso, a proposição retorna à comissão especial para receber novo parecer.

O substitutivo apenas especifica o percentual do Adveb (5% do vencimento básico a cada cinco anos de efetivo exercício) e a periodicidade do pagamento (mensal).

ORADORES

PSDB 1

O deputado **João VÍtor Xavier** (PSDB) criticou o próprio partido pela decisão de permanecer no governo de Michel Temer. Segundo o parlamentar, ao decidir verticalmente, sem consultar as bases e a militância, o PSDB não seguiu os princípios democráticos e cometeu um equívoco. João Vítor Xavier apontou como incoerência o fato de o partido, há um ano, ter decidido participar do governo que pouco antes questionara judicialmente, ao pedir a anulação da chapa Dilma-Temer. A incoerência, segundo ele, foi reforçada agora, com a decisão de permanecer "nesse governo já morto, embora não sepultado". A medida, disse, destoa das origens do PSDB, com Franco Montoro e Mário Covas. "Lamento profundamente a decisão do partido de compactuar com um governo que não tem razão de ser ética e moral. O PSDB não perde a mania do caciquismo, distanciando-se das ruas em troca de espaço no governo. Isso é fisiologismo", concluiu.

Frutas

O impacto social sobre produtores de frutas cítricas nos municípios de Astolfo Dutra e Dona Euzébia, em razão de instruções normativas do Ministério da Agricultura para combater pragas, foi o tema do pronunciamento do deputado **Antônio Jorge** (PPS). Embora favorável às medidas, o parlamentar lamentou que o ministério não tenha dado um prazo para que os produtores possam se organizar a fim de atender às exigências, que envolvem grandes investimentos, como a construção de estufas. Segundo ele, por trás das medidas sanitárias há interesses comerciais em jogo, os quais acabarão favorecendo produtores de São Paulo. "Ninguém é contra a norma, mas precisamos de tempo para cumpri-la", disse, informando que pediu uma audiência ao BDMG, em regime de urgência, para discutir o assunto. Em aparte, Arlen Santiago (PTB) disse que o governo do Estado não está repassando verbas para emendas dos deputados de oposição.

Japoneses

O deputado **João Leite** (PSDB) dedicou a maior parte do seu pronunciamento a elogiar o povo do Japão e saudar representantes da empresa Nippon presentes na galeria. O parlamentar agradeceu a presença e manifestou o apreço e o reconhecimento do povo mineiro ao povo japonês pelos investimentos feitos no Vale do Aço, com a Usiminas. Lembrando o aniversário de 60 anos da presença japonesa no Estado, ele fez convite para a sessão solene que será realizada no Plenário da Assembleia, no próximo dia 19, às 20 horas, para celebrar a data. Em aparte, o deputado Arlen Santiago (PTB) também elogiou os japoneses e agradeceu pelos projetos empresariais nipônicos em Minas Gerais, enquanto o líder do Governo, deputado Durval Ângelo (PT), igualmente parabenizou o povo daquele país, lembrando que, após a Segunda Guerra Mundial, ele não só se recuperou economicamente, como também investiu em outras regiões do mundo.

PSDB 2

As críticas dirigidas ao PSDB pelo deputado do partido João Vítor Xavier foram retomadas pelo deputado **Cristiano Silveira** (PT). O petista também apontou incoerência no comportamento dos tucanos e de seus aliados, pelo fato de terem protagonizado a derrubada do governo de Dilma Rousseff e, em seguida, integrarem o governo de Michel Temer, classificado por ele como "ilegítimo e golpista". "Onde estão hoje aqueles que clamavam contra corrupção vestindo camisas da seleção?", indagou, lembrando que muitos que compõem hoje o ministério de Temer são investigados, réus e até condenados. Ele apontou "o aprofundamento da crise política que vive o País, com as gravações e denúncias envolvendo o presidente Temer e o senador Aécio Neves". E comparou os índices de emprego e as realizações sociais dos governos Lula e Dilma com o desemprego e o desmonte dos projetos sociais por parte de Michel Temer.

Reunião Ordinária (14 horas)

PEC 23/15

Do deputado Inácio Franco e outros. Dá nova redação ao *caput* do art. 13 da Constituição do Estado, a fim de acrescentar a sustentabilidade como princípio constitucional da administração pública estadual. Discussão em 1º turno

PLC 42/15

Do deputado Cabo Júlio. Altera a redação do art. 3º da Lei Complementar 76, de 2004, para ampliar a representatividade dos militares estaduais nas entidades de classe. Discussão em 1º turno

PL 3.284/16

Do deputado Cabo Júlio. Dá nova redação ao art. 5º-A da Lei 15.962, de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona. Discussão em 1º turno

PL 3.664/16

Do deputado Dirceu Ribeiro. Autoriza o Poder Executivo a doar trechos rodoviários ao município de Divinésia. Discussão em 1º turno

ACONTECE HOJE

9 horas

- Comissão de Saúde (Plenarinho III) – discutir e votar proposições da comissão
- Visitas Orientadas (ALMG) – alunos do 2ª ano do ensino médio do Colégio Tiradentes, de Betim
- Ato de apoio às Escolas Família Agrícola de Minas Gerais (Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira) – cessão de espaço

9h30

- Comissão de Direitos Humanos (Auditório) – discutir e votar proposições da comissão

10 horas

- Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Plenarinho IV) – discutir e votar pareceres sobre cinco proposições sujeitas ao Plenário, entre as quais o PL 3.979/17 (1º turno), do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a Lei 6.763, de 1975, a qual consolida a legislação tributária do Estado

10h30

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Plenarinho I) – discutir e votar pareceres sobre duas proposições sujeitas ao Plenário, entre as quais o PL 1.947/15 (2º turno), do deputado Luiz Humberto Carneiro, que altera a Lei 12.503, de 1997, a qual cria o Programa Estadual de Conservação da Água
- Comissão de Constituição e Justiça (Plenarinho II) – discutir e votar pareceres sobre 48 proposições sujeitas ao Plenário, entre as quais o PL 3.874/16 (1º turno), do deputado André Quintão e outros, que estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os servidores da educação

14 horas

- Reunião Ordinária (Plenário)
- Visitas Orientadas (ALMG) – alunos do 5ª ano do Instituto Casa Viva, de Belo Horizonte
- Comissão Especial da PEC 45/17 (Plenarinho I) – discutir e votar parecer sobre emendas à PEC 45/17 (2º turno), do deputado Rogério Correia e outros, que assegura o pagamento de adicional de valorização da educação básica

14h30

- Comissão de Administração Pública (Plenarinho II) – discutir e votar proposições da comissão
- Comissão de Redação (Plenarinho III) – discutir e votar pareceres de redação final
- Comissão de Participação Popular (Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira) – debater, com a presença de convidados, o Plano de Ação Orçamentária das Escolas Família Agrícola de Minas Gerais. Requerimento: deputado Doutor Jean Freire

15 horas

- Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Auditório) – debater, com a presença de convidados, as condições de comercialização de alho e a segurança dos comerciantes dessa área na CeasaMinas. Requerimento: deputados Duarte Bechir e Antonio Carlos Arantes

15h30

- Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas (Plenarinho IV) – discutir e votar parecer sobre o PL 1.332/15 (1º turno), do deputado Carlos Henrique, que altera a Lei 13.768, de 2000, a qual dispõe sobre a publicidade promovida por órgãos públicos

16 horas

- Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (Plenarinho II) – discutir e votar pareceres sobre duas proposições sujeitas ao Plenário, entre as quais o PL 1.429, de 2015 (1º turno), do deputado Arlen Santiago, que obriga os estabelecimentos comerciais destinados a hospedagem a disponibilizar aos consumidores adaptador de tomada universal
- Comissão de Cultura (Plenarinho III) – discutir e votar proposições da comissão

TV ASSEMBLEIA

0h **Plenário (continuação)**
0h20 **Minas é Muitas** – Serra do Caroula, no Serro
1h **Panorama** – Cursos técnicos
1h30 **Assembleia Notícia**
2h **Comissão de Desenvolvimento Econômico (9/5)** – Situação dos horticultores do Estado, em especial no que se refere às culturas de morango, batata e brócolis
4h45 **Palestra** – Escola, mídia e redes sociais, com Shirley Rezende e Juliana Batista
6h **TV Escola** – História política de Minas Gerais – Teleaula 8: A Era dos Saquaremas: liberais × conservadores
6h30 **Via Justiça** – 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa
7h **Zás** – Banda Little Chicken
7h30 **#Confirma**
8h **Mundo Político**
8h30 **Panorama (inédito) –** A realidade do *crack*
9h **Assembleia Notícia/Comissões (ao vivo)**
12h **Memória e Poder** – Político Valdir Melgaço
13h **Mundo Político**
13h30 **TV Escola** – História política de Minas Gerais – Teleaula 8: A Era dos Saquaremas: liberais × conservadores
13h45 **Assembleia Notícia (ao vivo)**
14h **Plenário (ao vivo)** – Reunião Ordinária, com pronunciamentos, discussão e votação de proposições
18h **#Confirma**
18h30 **Compactos de Comissões**
19h **Assembleia Notícia (ao vivo)**
19h30 **Panorama** – A realidade do *crack*
20h **Sala de Imprensa** – Regulação da mídia
20h35 **Compactos de Comissões**
21h **Assembleia Debate** – Acerto de contas entre Minas e a União
22h **Assembleia Notícia**
22h30 **Mundo Político (inédito)** – Entrevistas, comentários e notas sobre a movimentação política no País
23h **Plenário (reprise)**

*** programação sujeita a alterações**

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Adalclever Lopes
Presidente
Deputado Lafayette de Andrada
1º-vice-presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
2º-vice-presidente
Deputado Inácio Franco
3º-vice-presidente
Deputado Rogério Correia
1º-secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário
Deputado Arlen Santiago
3º-secretário

SECRETARIA
Cristiano Felix dos Santos
Diretor-geral
Guilherme Wagner Ribeiro
Secretário-geral da Mesa

ASSEMBLEIA INFORMA
Editado pela Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG
Diretor: José Geraldo de Oliveira Prado
Gerente-geral de Imprensa e Divulgação: Fabíola Farage
Edição: Ricardo Bandeira (editor-geral)
Revisão: Leonardo Santana (GPCV)
Diagramação: Diogo Magalhães (GPCV)
End.: R. Martim de Carvalho, 94 – 8º andar – BH – MG – 30190-090
Tel.: (31) 2108-7715
Impresso pela Gerência-Geral de Suporte Logístico (ramal 7763)
www.almg.gov.br